



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

EDITAL TRE-CE Nº 90037/2026

PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2025.0.000015413-0

OBJETO:	Eventual aquisição de material de manutenção de sistemas de climatização , utilizando o procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, consoante especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo 1 deste Edital.
MODALIDADE: PREGÃO FORMA: ELETRÔNICA	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021 e SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis.	
UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Administração Predial - SAPRE	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço	
DIVISIBILIDADE DO OBJETO: (X) Divisível por item () Divisível por grupo () Indivisível	
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 11 DE MAIO DE 2026, ÀS 9 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA).	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$129.618,16 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e dezoito reais e dezesseis centavos).	

MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: SIM
APLICAM-SE OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 6º AO 8º DO DECRETO Nº 8.538, de 2015: (X) Tipo I (licitação exclusiva ME/EPP) () Tipo II (subcontratação de ME/EPP) () Tipo III (cota principal e reservada) () Não se aplicam.	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA: NÃO	PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA: NÃO SE APLICA
RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO 7 DO EDITAL)	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES (CAPÍTULO 12 DO EDITAL) As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br . Os documentos relacionados ao planejamento da contratação, assim como o Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico: https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes . Para acessá-los, basta selecionar a licitação correspondente no referido portal.	
CÓDIGO UASG TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ - 070007	

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90037/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio da Seção de Licitações, torna público, a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico n.º 90037/2026, para registro de preços, pelo critério de julgamento de **menor preço**, visando à contratação do objeto abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, os Decretos nº 11.246/2022 e 11.462/2023, a Lei Complementar n.º 123/2006 e demais normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a eventual aquisição de **material de manutenção de sistemas de climatização**, utilizando o procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo 2 - Termo de Referência e conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANT MÍNIMA REGISTRADA	QUANT MÁXIMA REGISTRADA	QUANT TOTAL
1	Gás R134a – refrigerante ecológico, não inflamável, em cilindro descartável ou retornável de 13,6 kg, com válvula de segurança e lacre de inviolabilidade.	463677	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03	9
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05	
2	Gás R410A – mistura zeotrópica, não inflamável, em cilindro de 11,3 kg, com identificação do conteúdo.	430586	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03	10
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	02	02	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05	
3	Gás R22 – HCFC de uso controlado, em cilindro de 13,6 kg, para manutenção corretiva de equipamentos existentes.	463709	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03	8
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05	
4	Gás R32 – refrigerante HFC de baixo GWP, ligeiramente inflamável, em cilindro descartável de 9 kg, com válvula de segurança.	613141	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03	9
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05	
5	Curva de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 19,05 mm.	627680	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	50	200
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	50	50	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
6	Curva de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 15,88 mm.	627679	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	50	160
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	10	10	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
				70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	50	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND UN	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANT MÍNIMA REGISTRADA	QUANT MÁXIMA REGISTRADA	QUANT TOTAL
	Curva de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASSESSORIA linhas de 12,70 mm.	627078		158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	50	50	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
8	Tubo esponjoso 1/4" – polietileno expandido, Ø 6,35 mm, espessura ≥ 10 mm, resistente a intempéries.	312087	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	100	100	300
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
9	Tubo esponjoso 1/2" – polietileno expandido, Ø 12,70 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama.	258901	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	100	100	300
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
10	Tubo esponjoso 3/8" – polietileno expandido, Ø 9,52 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	312086	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	100	100	300
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
11	Tubo esponjoso 5/8" – polietileno expandido, Ø 15,88 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	258902	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	10	10	210
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
12	Tubo esponjoso 3/4" – polietileno expandido, Ø 19,05 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	329065	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	10	10	210
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100	
				70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	03	10	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANT MÍNIMA REGISTRADA	QUANT MÁXIMA REGISTRADA	QUANT TOTAL
13	Válvula Schrader 1/4" – em latão, com pino em ESPECIFICAÇÃO tampa protetora e vedação nitrílica.	626958	UND	158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	05	05	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20	
14	Válvula Schrader 3/8" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	620813	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	03	10	35
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	05	05	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20	
15	Solda Estanho 60x40 (25 g) – fio de solda com fluxo interno, composição 60% estanho e 40% chumbo.	416697	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	30	70
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	30	30	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	10	
16	Lava jato portátil alta pressão – pressão mínima 100 bar, 2 baterias de lítio inclusas, com mangueira e bicos reguláveis.	611661	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03	7
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	02	02	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	02	02	
17	Bolsa coletora de limpeza para split – impermeável, reutilizável, capacidade mínima 30 L.	611659	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	02	6
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	02	02	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	02	02	
18	Kit oxi-acetileno portátil – conjunto com maçarico, mangueiras, reguladores e suporte para refis descartáveis.	324443	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	02	5
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	02	02	
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	01	01	
				70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CODIGO	UND	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANT MÍNIMA REGISTRADA	QUANT MÁXIMA REGISTRADA	QUANT TOTAL
	Refil oxigênio 930 ml – cilindro descartável, com válvula de segurança, para maçarico portátil.			158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20	
20	Refil gás acetileno 400 g – cilindro descartável, compatível com maçarico portátil.	9695	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03	24
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20	
21	Cartucho gás MAPP – descartável, com válvula de segurança, para maçarico de alta temperatura.	479868	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	15	36
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20	
22	Cilindro nitrogênio 20 L (3 m³) – cilindro em aço, com válvula de segurança e teste hidrostático válido, contendo nitrogênio industrial.	422714	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	01	4
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	2	2	
23	Pasta térmica silicone 0,4 W (50 g) – condutividade ≥ 0,4 W/m-K, não condutiva eletricamente, resistente a altas temperaturas.	449400	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	03	20	41
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20	
24	Tubo de cobre 1/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 6,35 mm, próprio para refrigeração.	627678	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	300
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	30	100	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
				70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANT MÍNIMA REGISTRADA	QUANT MÁXIMA REGISTRADA	QUANT TOTAL
25	Tubo de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 9,4 mm, próprio para refrigeração.	627677	M	158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	30	100	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
26	Tubo de cobre 3/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 9,52 mm, próprio para refrigeração.	624388	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	300
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	30	100	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100	
27	Tubo de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 15,88 mm, próprio para refrigeração.	627679	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	50	160
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	10	10	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	100	
28	Tubo de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 19,05 mm, próprio para refrigeração.	627680	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	50	160
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	10	10	
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	100	

1.2. A especificação completa dos produtos e as condições de recebimento constam no Termo de Referência, Anexo 2 deste edital. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexo 2, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O licitante deverá oferecer proposta contemplando o quantitativo total registrado estabelecido no item 1.1, não sendo possível a cotação de quantidades inferiores.

1.4. O prazo de validade do Registro de Preços será de 1 (um) ano, a contar da data da publicação da respectiva Ata, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

1.6. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados

junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar desta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico.

2.7. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.8. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço unitário cotado por item**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.2.6. que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. A falsidade das declarações mencionadas no item 3.2 e 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) de que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006,

desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances, através da ferramenta do Comprasnet.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão e o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário proposto, considerado apenas até os centavos, com duas casas decimais, contendo as informações constantes no Anexo 1 - Modelo de Proposta e as especificações do Anexo 2 - Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 1 - Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, com especificação completa do serviço cotados, preço unitário e total, por meio de campo próprio do sistema, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser desclassificada.

4.6. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.5.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de prestar o serviço especificado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido pela Administração, seus ajustes e adequação necessários.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo TRE-CE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A partir da apresentação da proposta no presente procedimento licitatório, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa e seus representantes autorizam a divulgação dos seus dados pessoais, em razão de documentos apresentados durante o certame ou na fase contratual, ficando o TRE-CE eximido de descumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR DO ITEM**.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa "aberto/fechado", conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 5.18. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023;
- 5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024.
- 5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2. empresas brasileiras;
- 5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.21. Nos termos do Decreto 12.304/2024, o(a) pregoeiro(a) convocará a licitante que efetivamente obteve vantagem no desempate ao declarar possuir programa de integridade, para encaminhar documento comprobatório da implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento do programa de integridade, juntamente com a sua proposta.
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observado o critério estabelecido no edital e o valor estimado para a contratação.
- 5.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.
- 5.22.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.
- 5.22.3. A licitante será convocada para se manifestar quanto à negociação proposta no prazo máximo de 15(quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.
- 5.22.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares especificados no item 4.5.1 deste edital.
- 5.22.5. É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido por mais 2(duas) horas, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço e recebimento das propostas, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.24. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário

previstos para a reabertura da sessão.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.5.1. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) pregoeiro(a) realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5.2. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5.3. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo(a) pregoeiro(a) ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

6.7.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

6.7.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Para julgamento será adotado o critério de **menor preço unitário por item**, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo(a) pregoeiro(a) da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sites oficiais:

7.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

7.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

7.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal, Estadual e Trabalhista, conforme segue:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao(a) pregoeiro(a) como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

7.3.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista ([Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016](#)) obedecerá o seguinte:

7.3.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

7.4.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

7.4.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

7.4.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

7.4.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

7.4.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

7.4.9. As declarações previstas no item 7.4 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

7.5. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

7.6. Os documentos e certidões exigidos para habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante, antes de findado o prazo estabelecido e poderão ser enviados mediante anexo ao sistema Compras.gov.br ou enviadas para o email enviadas para o e-mail selic@tre-ce.jus.br.

7.7. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.7.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.8. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de "Ocorrências Impeditivas Indiretas" em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, "e", e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.8.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

7.8.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) registrará, no "chat", as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

7.8.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

7.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)), bem como a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

7.15.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.15.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 7.15.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, cabendo à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

7.16. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA E DA CONSULTA AO CADIN

8.1. Após declarados os vencedores, o(a) Pregoeiro(a) consultará em sessão aos participantes quanto ao registro dos seus preços no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços. Manifestado interesse em sessão, após a homologação da licitação, os participantes serão consultados por email para que se manifestem quanto aos preços que serão registrados no cadastro de reserva:

8.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata .

8.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

8.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8.5. Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º- A da Lei nº 10.522/2002.

8.5.1. Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

8.5.2. Persistindo o registro, após concedido o prazo previsto no item anterior, a situação será comunicada à autoridade superior para decisão quanto à homologação do certame.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. As condições para alteração ou atualização dos preços registrados constam do item 6 da Minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo 4 deste edital.

9.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.9. As hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços são aquelas elencadas no item 7 da Minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo 4 deste edital.

9.10. Antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, será feita consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

9.10.1. Constatada a existência de registro, será concedido ao fornecedor cujos preços foram registrados, o prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

9.10.2. Persistindo o registro, o contrato não será firmado e a Ata de Registro de Preços será cancelada, a critério da Administração para proceder à convocação dos licitantes remanescentes.

9.11. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será realizada consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e à comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.12. O contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de convocação para sua assinatura.

9.13. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

9.14. É condição para a contratação manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRE/CE atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a Seção de Contratos deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

9.15. É facultado ao TRE/CE, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.15.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.16. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo terão vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicado à Seção de Licitações deste Tribunal.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII do item 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 11.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.2 d.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

11.5. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade de infração cometida;

b) peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da decisão que aplicar a penalidade, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, solicitada por meio do email selic@tre-ce.jus.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.6. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

12.7. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

12.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Serão divulgados Relatórios de Resultado por item no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma,

serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-ce.jus.br.

13.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Fortaleza/Ce com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO 1 – Modelo de Proposta
- ANEXO 2 – Termo de Referência
- ANEXO 3 - Estudos Técnicos Preliminares
- ANEXO 4 – Minuta da Ata de Registro de Preços
- ANEXO 5 - Minuta do Termo de Contrato
- ANEXO 6 – Preços de Referência.

Fortaleza, 17 de abril de 2026.

Seção de Licitações do TRE/CE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90037/2026 - TRE/CE
ANEXO 1 - MODELO DE PROPOSTA

Nome e CNPJ da Empresa:

Endereço completo com CEP:

Telefone comercial, whatsapp e e-mail comercial:

Validade da proposta:

Prazo de Entrega:

Dados Bancários:

Proposta de preços para eventual fornecimento de **material de manutenção de sistemas de climatização**, utilizando o procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo 2 - Termo de Referência e conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás R134a – refrigerante ecológico, não inflamável, em cilindro descartável ou retornável de 13,6 kg, com válvula de segurança e lacre de inviolabilidade.	UND	9	R\$.....	R\$.....
2	Gás R410A – mistura zeotrópica, não inflamável, em cilindro de 11,3 kg, com identificação do conteúdo.	UND	10	R\$.....	R\$.....
3	Gás R22 – HCFC de uso controlado, em cilindro de 13,6 kg, para manutenção corretiva de equipamentos existentes.	UND	8	R\$.....	R\$.....
4	Gás R32 – refrigerante HFC de baixo GWP, ligeiramente inflamável, em cilindro descartável de 9 kg, com válvula de segurança.	UND	9	R\$.....	R\$.....
5	Curva de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 19,05 mm.	UND	200	R\$.....	R\$.....
6	Curva de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 15,88 mm.	UND	160	R\$.....	R\$.....
7	Curva de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 12,70 mm.	UND	200	R\$.....	R\$.....
8	Tubo esponjoso 1/4" – polietileno expandido, Ø 6,35 mm, espessura ≥ 10 mm, resistente a intempéries.	M	300	R\$.....	R\$.....
9	Tubo esponjoso 1/2" – polietileno expandido, Ø 12,70 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama.	M	300	R\$.....	R\$.....
10	Tubo esponjoso 3/8" – polietileno expandido, Ø 9,52 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	M	300	R\$.....	R\$.....
11	Tubo esponjoso 5/8" – polietileno expandido, Ø 15,88 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	M	210	R\$.....	R\$.....
12	Tubo esponjoso 3/4" – polietileno expandido, Ø 19,05 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	M	210	R\$.....	R\$.....
13	Válvula Schrader 1/4" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	35	R\$.....	R\$.....
14	Válvula Schrader 3/8" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	35	R\$.....	R\$.....
15	Solda Estanho 60x40 (25 g) – fio de solda com fluxo interno, composição 60% estanho e 40% chumbo.	UND	70	R\$.....	R\$.....
16	Lava jato portátil alta pressão – pressão mínima 100 bar, 2 baterias de lítio inclusas, com mangueira e bicos reguláveis.	UND	7	R\$.....	R\$.....

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	Bolsa coletora de limpeza para split – impermeável, reutilizável, capacidade mínima 30 L.	UND	6	R\$.....	R\$.....
18	Kit oxi-acetileno portátil – conjunto com maçarico, mangueiras, reguladores e suporte para refis descartáveis.	UND	5	R\$.....	R\$.....
19	Refil oxigênio 930 ml – cilindro descartável, compatível com kit oxi-acetileno portátil.	UND	24	R\$.....	R\$.....
20	Refil gás acetileno 400 g – cilindro descartável, compatível com maçarico portátil.	UND	24	R\$.....	R\$.....
21	Cartucho gás MAPP – descartável, com válvula de segurança, para maçarico de alta temperatura.	UND	36	R\$.....	R\$.....
22	Cilindro nitrogênio 20 L (3 m³) – cilindro em aço, com válvula de segurança e teste hidrostático válido, contendo nitrogênio industrial.	UND	4	R\$.....	R\$.....
23	Pasta térmica silicone 0,4 W (50 g) – condutividade $\geq 0,4$ W/m-K, não condutiva eletricamente, resistente a altas temperaturas.	UND	41	R\$.....	R\$.....
24	Tubo de cobre 1/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 6,35 mm, próprio para refrigeração.	M	300	R\$.....	R\$.....
25	Tubo de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 12,70 mm, próprio para refrigeração.	M	300	R\$.....	R\$.....
26	Tubo de cobre 3/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 9,52 mm, próprio para refrigeração.	M	300	R\$.....	R\$.....
27	Tubo de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 15,88 mm, próprio para refrigeração.	M	160	R\$.....	R\$.....
28	Tubo de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 19,05 mm, próprio para refrigeração.	M	160	R\$.....	R\$.....

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo 2 do Pregão Eletrônico 90037 /2026.

_____/____, de ____ de _____ 2026.

Nome do Representante Legal

RG. e CPF:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90037/2026 - TRE/CE
ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1 Eventual aquisição de **material de manutenção de sistemas de climatização** , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANTIDADE MÍNIMA REGISTRADA	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA
1	Gás R134a – refrigerante ecológico, não inflamável, em cilindro descartável ou retornável de 13,6 kg, com válvula de segurança e lacre de inviolabilidade.	463677	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	01	01
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05
2	Gás R410A – mistura zeotrópica, não inflamável, em cilindro de 11,3 kg, com identificação do conteúdo.	430586	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	02	02
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05
3	Gás R22 – HCFC de uso controlado, em cilindro de 13,6 kg, para manutenção corretiva de equipamentos existentes.	463709	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05
4	Gás R32 – refrigerante HFC de baixo GWP, ligeiramente inflamável, em cilindro descartável de 9 kg, com válvula de segurança.	613141	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	01	01
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	05
5	Curva de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 19,05 mm.	627680	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	50
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	50	50
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
6	Curva de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 15,88 mm.	627679	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	50
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	10	10
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
7	Curva de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 12,70 mm.	627678	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	50
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	50	50
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
8	Tubo esponjoso 1/4" – polietileno expandido, Ø 6,35 mm, espessura ≥ 10 mm, resistente a intempéries.	312087	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	100	100
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
				70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANTIDADE MÍNIMA REGISTRADA	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA
9	Tubo esponjoso 1/2" – polietileno expandido, Ø 12,70 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama.	258901	M	158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	100	100
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
10	Tubo esponjoso 3/8" – polietileno expandido, Ø 9,52 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	312086	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	100	100
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
11	Tubo esponjoso 5/8" – polietileno expandido, Ø 15,88 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	258902	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	10	10
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
12	Tubo esponjoso 3/4" – polietileno expandido, Ø 19,05 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	329065	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	10	10
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	100	100
13	Válvula Schrader 1/4" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	626958	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	03	10
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	05	05
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20
14	Válvula Schrader 3/8" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	620813	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	03	10
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	05	05
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20
15	Solda Estanho 60x40 (25 g) – fio de solda com fluxo interno, composição 60% estanho e 40% chumbo.	416697	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	30
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	30	30
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	10	10
16	Lava jato portátil alta pressão – pressão mínima 100 bar, 2 baterias de lítio inclusas, com mangueira e bicos reguláveis.	611661	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	02	02
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	02	02
17	Bolsa coletora de limpeza para split – impermeável, reutilizável, capacidade mínima 30 L.	611659	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	02
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	02	02
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	02	02
18	Kit oxi-acetileno portátil – conjunto com maçarico, mangueiras, reguladores e suporte para refis descartáveis.	324443	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	02
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	02	02
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01
19	Refil oxigênio 930 ml – cilindro descartável, compatível com kit oxi-acetileno portátil.	9695	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOPIARA/CE	01	01
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20
				70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QUANTIDADE MÍNIMA REGISTRADA	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA
20	Refil gás acetileno 400 g – cilindro descartável, compatível com maçarico portátil.	9695		158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	01	01
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20
21	Cartucho gás MAPP – descartável, com válvula de segurança, para maçarico de alta temperatura.	479868	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	05	15
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	01	01
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20
22	Cilindro nitrogênio 20 L (3 m³) – cilindro em aço, com válvula de segurança e teste hidrostático válido, contendo nitrogênio industrial.	422714	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	01	01
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	01	01
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	2	2
23	Pasta térmica silicone 0,4 W (50 g) – condutividade $\geq 0,4$ W/m-K, não condutiva eletricamente, resistente a altas temperaturas.	449400	UND	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	03	20
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	01	01
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	20
24	Tubo de cobre 1/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 6,35 mm, próprio para refrigeração.	627678	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	30	100
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
25	Tubo de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 12,70 mm, próprio para refrigeração.	627677	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	30	100
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
26	Tubo de cobre 3/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 9,52 mm, próprio para refrigeração.	624388	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	30	100
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	30	100
27	Tubo de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 15,88 mm, próprio para refrigeração.	627679	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	50
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	10	10
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	100
28	Tubo de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 19,05 mm, próprio para refrigeração.	627680	M	70007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	50
				158969 - INST FEDEDU DO CE/CAMPUS ACOPIARA	ACOIARA/CE	10	10
				783320 -CAPITANIA DOSPORTOS DO ESTADO DOCEARA	FORTALEZA/CE	20	100

NATUREZA DO OBJETO

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Havendo divergências entre as especificações constantes deste Termo de Referência e aquelas cadastradas no CATMAT informado, prevalece o especificado neste instrumento.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5 Em face da natureza do objeto, o Tribunal será destinatário exclusivo do objeto, não podendo ser fornecido para outros órgãos, com a divulgação da Intenção de Registro de Preços? (§2º, art. 9º Decreto nº 11.462/2023).

() SIM. Justificativa:

(x) NÃO.

1.6. Será admitida a adesão à ata de registro de preços a ser celebrada :

(x) SIM.

() NÃO. Justificativa:

VIGÊNCIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.7 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

CONTRATOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DA ARP

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 01 (uma) ano contado da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

REAJUSTE

1.9. O valor da proposta vencedora será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por índice que venha a substituí-lo, após um ano da data do orçamento estimado (§7º, artigo 25, Lei nº 14.133/2021).

1.10. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o gestor do Contrato convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado (arts. 25, 26 e 27, Decreto nº 11.462/2023).

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A descrição do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

CICLO DE VIDA

3.2 Não se aplica.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Todos os cilindros de gases e refis devem ser retornáveis ou recicláveis;

4.1.2 Todos os resíduos gerados, incluindo tubos, isolantes, cartuchos de gás e embalagens, devem ser segregados e destinados a empresas licenciadas para reciclagem ou descarte ambientalmente adequado

4.1.3 Devem utilizar embalagens que reduzam o volume transportado e sejam recicláveis

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.17 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias, com início a partir da assinatura do contrato ou comunicação da emissão da nota de empenho por email, na forma que se segue:

5.1.1 Entrega em remessa única.

5.2. A entrega será no seguinte local / horário: Rua Rua Paulo Faustino entre as ruas Caetano Ximenes Aragão e Pontes Neto, bairro Luciano Cavalcante – Fortaleza / CE

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1 O fiscal do contrato manterá histórico de gerenciamento do contrato com todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.7.2 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3 O fiscal do contrato informará à Seção de Contratos, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à Secretaria de Administração.

6.7.5 Em caso de fornecimento, a Seção de Contratos comunicará ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Seção de Contratos para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9 É vedado à Administração exigir do contratado condições que importem em ingerência ou intervenção em sua gestão interna, limitando-se as obrigações ao cumprimento do objeto contratual.

OBRIGAÇÕES

6.13. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições aqui estabelecidas;
- b) verificar, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes estabelecidas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos aqui estabelecidos;

6.14. São obrigações da Contratada:

- a) a Contratada deve cumprir todas as obrigações aqui estabelecidas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local aqui estabelecidos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, e prazo de garantia ou validade;
- c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 5(cinco) dias, o objeto com avarias ou defeitos;
- e) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

RECEBIMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na Nota Fiscal, devendo ser substituídos no prazo de (...) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião na qual será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.15 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.16 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.16.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

FORMA DE PAGAMENTO

7.17 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade.

7.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

8.2. Em observância ao disposto no artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, a presente licitação, por se tratar de aquisição cujo valor estimado não excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será destinada exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.8 A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.4.8.1 Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.4.8.2 Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.4.8.3 Consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.4.8.4 Consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.4.8.5 Consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O custo estimado da contratação está previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste documento.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A fiscalização do Contrato caberá ao(a) servidor(a) o Chefe da SAPRE e como substituto(a) o Coordenador da COAPA .

12 - PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;
- c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1 e as condutas previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea “f” deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;

- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).
- 12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

(Assinado eletronicamente)
Gladstone Façanha Barbosa Lima
Téc. Judiciário SAPRE
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)
Felipe Leão de Araújo
Chefe SAPRE
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)
Claúdio Emmanuel Dantas de Medeiros
Coordenador COAPA
Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)
Hugo Pereira Filho
SAD

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90037/2026 - TRE/CE
ANEXO 3 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021) ^[1] Instruções de preenchimento.

A presente demanda decorre da necessidade de garantir a plena operação dos sistemas de climatização instalados nas unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, tanto na capital quanto no interior. Esses sistemas são essenciais para assegurar condições ambientais adequadas ao trabalho dos servidores e ao atendimento célere e eficiente ao público, especialmente em períodos de maior demanda, como em anos eleitorais.

A ausência de materiais adequados para manutenção preventiva e corretiva compromete diretamente a eficiência energética, a durabilidade dos equipamentos e o conforto térmico dos ambientes. Tal situação poderia acarretar atrasos no atendimento, riscos à saúde ocupacional e impacto negativo na imagem institucional do Tribunal, configurando prejuízo ao interesse público.

A aquisição busca, portanto, dotar a instituição dos meios necessários para manter a regularidade dos serviços, garantir ambientes salubres e confortáveis, assegurar o bom funcionamento da infraestrutura predial e promover a continuidade das atividades administrativas e jurisdicionais.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II) ^[2]

A aquisição dos materiais destinados à manutenção dos equipamentos de refrigeração do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará não foi prevista no PCA 2025 por se tratar de demanda superveniente, identificada após a elaboração do plano. Entretanto, a contratação alinha-se ao Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026 e ao Plano de Logística Sustentável, ao assegurar eficiência operacional, sustentabilidade e qualidade no atendimento ao público, sendo necessária para garantir a continuidade dos serviços, a preservação da infraestrutura e o oferecimento de atendimentos céleres e eficazes na capital e no interior.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) ^[3]

1. Gases refrigerantes (R134a, R410A, R22, R32)

- Devem ser fornecidos em cilindros adequados ao manuseio, com válvula de segurança, lacres de inviolabilidade e identificação clara do tipo de gás.
- Os gases devem atender às normas da ABNT e demais regulamentações ambientais, observando restrições legais para substâncias com impacto ambiental (como o R22, que possui uso controlado).
- Justificativa: indispensáveis para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização existentes, atendendo diferentes modelos de splits e centrais.

- Sustentabilidade: priorizar fornecedores que ofereçam logística reversa para cilindros e embalagens.

2. Curvas de cobre (3/4", 5/8", 1/2") e tubos de cobre (1/4", 1/2", 3/8", 5/8", 3/4")

- Devem ser fabricados em cobre desoxidado, padrão ASTM B280, próprio para uso em sistemas de refrigeração e climatização.
- Devem apresentar boa maleabilidade, resistência à corrosão e acabamento sem rebarbas.
- Justificativa: garantem a adequada instalação e manutenção de linhas de refrigeração, prevenindo vazamentos e falhas de desempenho.
- Sustentabilidade: possibilidade de reciclagem do material ao final da vida útil.

3. Tubos esponjosos isolantes (1/4", 1/2", 3/8", 5/8", 3/4")

- Isolamento em polietileno expandido, resistente a intempéries e a variações térmicas, com espessura mínima de 10 mm.
- Devem atender às normas de inflamabilidade (ASTM E84 ou equivalente).
- Justificativa: reduzem perdas térmicas e aumentam a eficiência energética dos sistemas.
- Sustentabilidade: produtos sem CFCs e HCFCs em sua composição.

4. Válvulas de serviço Schrader (1/4" e 3/8")

- Devem ser fabricadas em latão de alta resistência, com tampas protetoras e vedação em borracha nitrílica.
- Compatíveis com diferentes gases refrigerantes.
- Justificativa: permitem o correto acesso para manutenção e testes de pressão nos sistemas de climatização.

5. Solda Estanho 60x40 (25g)

- Composição 60% estanho e 40% chumbo, com fluxo interno para soldagem de componentes de refrigeração.
- Produto deve atender normas de segurança e qualidade (ABNT NBR NM 324).
- Justificativa: essencial para reparos e fixações duráveis em instalações de cobre e conexões.

6. Lava jato portátil alta pressão com 2 baterias

- Pressão mínima de 100 bar, com baterias recarregáveis de lítio e bicos reguláveis.
- Estrutura ergonômica e de fácil transporte.
- Justificativa: garante a limpeza adequada de condensadoras e evaporadoras, aumentando a vida útil dos equipamentos.
- Sustentabilidade: priorizar modelos com baixo consumo de água.

7. Bolsa coletora de limpeza para split

- Material resistente, impermeável e reutilizável, de fácil higienização.
- Capacidade mínima de 30 litros.
- Justificativa: evita contaminação do ambiente durante a limpeza das evaporadoras.

8. Kit oxí-acetileno portátil, refs de oxigênio (930 ml), gás acetileno (400 g) e cartucho MAPP

- Kit leve, portátil, com maçarico e reguladores de pressão.
- Refil de oxigênio e acetileno compatíveis com kit de solda portátil.
- Cartucho MAPP com válvula de segurança e selo de conformidade.
- Justificativa: utilizados em soldagens de maior resistência e precisão, indispensáveis para serviços avançados em refrigeração.
- Normativos: devem atender NR-18 e NR-23 quanto à segurança no manuseio de gases combustíveis.

9. Cilindro de nitrogênio (20 L – 3 m³)

- Cilindro com válvula de segurança, pintura padrão ABNT e certificado de teste hidrostático atualizado.
- Deve ser fornecido carregado com nitrogênio de grau industrial, próprio para pressurização e testes de estanqueidade.
- Justificativa: necessário para detectar vazamentos e realizar purgas em sistemas de refrigeração.
- Sustentabilidade: logística reversa de cilindros pressurizados.

10. Pasta térmica à base de silicone (0,4 W – 50g)

- Condutividade térmica mínima de 0,4 W/m.K.
- Formulação não condutiva eletricamente, resistente a altas temperaturas.
- Justificativa: utilizada na fixação de sensores e componentes eletrônicos, garantindo estabilidade térmica e segurança operacional.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, inciso IV) [\[4\]](#)

4.1 QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Gás R134a – refrigerante ecológico, não inflamável, em cilindro descartável ou retornável de 13,6 kg, com válvula de segurança e lacre de inviolabilidade.	UND	03
2	Gás R410A – mistura zeotrópica, não inflamável, em cilindro de 11,3 kg, com identificação do conteúdo.	UND	03
3	Gás R22 – HCFC de uso controlado, em cilindro de 13,6 kg, para manutenção corretiva de equipamentos existentes.	UND	03
4	Gás R32 – refrigerante HFC de baixo GWP, ligeiramente inflamável, em cilindro descartável de 9 kg, com válvula de segurança.	UND	03
5	Curva de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 19,05 mm.	UND	50
6	Curva de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 15,88 mm.	UND	50
7	Curva de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 12,70 mm.	UND	50
8	Tubo esponjoso 1/4" – polietileno expandido, Ø 6,35 mm, espessura ≥ 10 mm, resistente a intempéries.	M	100
9	Tubo esponjoso 1/2" – polietileno expandido, Ø 12,70 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama.	M	100
10	Tubo esponjoso 3/8" – polietileno expandido, Ø 9,52 mm, espessura ≥ 10 mm.	M	100
11	Tubo esponjoso 5/8" – polietileno expandido, Ø 15,88 mm, espessura ≥ 10 mm.	M	100
12	Tubo esponjoso 3/4" – polietileno expandido, Ø 19,05 mm, espessura ≥ 10 mm.	M	100
13	Válvula Schrader 1/4" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	10
14	Válvula Schrader 3/8" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	10
15	Solda Estanho 60x40 (25 g) – fio de solda com fluxo interno, composição 60% estanho e 40% chumbo.	Tubo (25 g)	30
16	Lava jato portátil alta pressão – pressão mínima 100 bar, 2 baterias de lítio inclusas, com mangueira e bicos reguláveis.	UND	3
17	Bolsa coletora de limpeza para split – impermeável, reutilizável, capacidade mínima 30 L.	UND	2
18	Kit oxi-acetileno portátil – conjunto com maçarico, mangueiras, reguladores e suporte para refis descartáveis.	UND	2
19	Refil oxigênio 930 ml – cilindro descartável, compatível com kit oxi-acetileno portátil.	UND	3
20	Refil gás acetileno 400 g – cilindro descartável, compatível com maçarico portátil.	UND	3
21	Cartucho gás MAPP – descartável, com válvula de segurança, para maçarico de alta temperatura.	UND	15
22	Cilindro nitrogênio 20 L (3 m³) – cilindro em aço, com válvula de segurança e teste hidrostático válido, contendo nitrogênio industrial.	UND	1
23	Pasta térmica silicone 0,4 W (50 g) – condutividade ≥ 0,4 W/m.K, não condutiva eletricamente, resistente a altas temperaturas.	UND	20
24	Tubo de cobre 1/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 6,35 mm, próprio para refrigeração.	M	100
25	Tubo de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 12,70 mm, próprio para refrigeração.	M	100
26	Tubo de cobre 3/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 9,52 mm, próprio para refrigeração.	M	100
27	Tubo de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 15,88 mm, próprio para refrigeração.	M	50
28	Tubo de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 19,05 mm, próprio para refrigeração.	M	50

4.2 METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

A metodologia adotada para a estimativa dos quantitativos de materiais necessários à manutenção dos equipamentos de climatização baseou-se em critérios técnicos mínimos, uma vez que não há séries históricas consolidadas de consumo que permitam mensurar com exatidão a demanda futura. Assim, optou-se por definir quantitativos suficientes para assegurar as condições de operação das rotinas de manutenção, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços de refrigeração nas unidades do órgão.

Os quantitativos estimados consideram a natureza essencial dos insumos, tais como gases refrigerantes, tubos de cobre, materiais de isolamento e acessórios indispensáveis, cuja utilização é recorrente nas atividades de manutenção preventiva e corretiva. Essa definição busca assegurar a disponibilidade imediata de itens fundamentais, prevenindo riscos de paralisação dos equipamentos e eventuais prejuízos à adequada prestação do serviço público.

A estimativa também foi pautada pelo princípio da economicidade, estabelecendo parâmetros mínimos de segurança que evitem tanto a insuficiência de materiais quanto o acúmulo de estoques desnecessários. Foram observadas ainda as práticas adotadas em contratações similares no mercado, que recomendam a previsão de quantitativos de reserva para atendimento célere e eficiente das demandas, mesmo diante da ausência de dados estatísticos anteriores.

Dessa forma, os quantitativos definidos configuram-se como indispensáveis para a manutenção da plena operação dos equipamentos de climatização, alinhando-se ao interesse público, ao princípio da eficiência administrativa e à necessidade de continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo órgão.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, inciso V) [5]

5.1 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Cotação Material Refrigeração

1. Gás R134 – R\$ 67,14 (SBC)

Insumos

Busca unificada de insumos - Total: 1

BANCO	CÓDIGO	DATA	DESCRIÇÃO	UNIDADE
SBC	203067	08/2025	GAS REFRIGERANTE R-134 A	KG

2. Gás R410 – R\$ 94,35 (SBC)

]

Insumos				
Busca unificada de insumos - Total: 1				
BANCO	CÓDIGO	DATA	DESCRIÇÃO	UNIDADE
SBC	004817	08/2025	GAS REFRIGERANTE R 410	KG

3. Gás R22 – R\$ 75,00 (SBC)

BANCO	CÓDIGO	DATA	DESCRIÇÃO
SBC	004819	08/2025	GAS REFRIGERANTE R 22

4. Gás R32 – R\$ 105,31 (SBC)

Insumos

Busca unificada de insumos - Total: 2

BANCO	CÓDIGO	DATA	DESCRIÇÃO
SBC	036414	07/2025	GAS REFRIGERANTE R-32

5. Curva de cobre de 3/4" – R\$ 8,68 (EMOP)

EMOP	07877	07/2025	CURVA 90º DE COBRE, DE 3/4" E COM ESPESSURA DE 1/32"
------	-------	---------	--

6. Curva de cobre de 5/8" – R\$ 6,40 (EMOP)

EMOP	07876	07/2025	CURVA 90º DE COBRE, DE 5/8" E COM ESPESSURA DE 1/32"
------	-------	---------	--

7. Curva de cobre de 1/2" – R\$ 4,53 (EMOP)

EMOP	07875	07/2025	CURVA 90º DE COBRE, DE 1/2" E COM ESPESSURA DE 1/32"
------	-------	---------	--

8. Tubo esponjoso de 1/4" – R\$ 1,50 (EMOP)

EMOP	40110	07/2025	TUBO ESPONJOSO EM POLIETILENO EXPANDIDO, NO DIÂMETRO DE 1/4"
------	-------	---------	--

9. Tubo esponjoso de 1/2" – R\$ 1,65 (EMOP)

EMOP	07885	07/2025	TUBO ESPONJOSO EM POLIETILENO EXPANDIDO, NO DIÂMETRO DE 1/2"
------	-------	---------	--

10. Tubo esponjoso de 3/8" – R\$ 1,34 (EMOP)

EMOP	07884	07/2025	TUBO ESPONJOSO EM POLIETILENO EXPANDIDO, NO DIÂMETRO DE 3/8"
------	-------	---------	--

11. Tubo esponjoso de 5/8" – R\$ 1,80 (EMOP)

EMOP	07886	07/2025	TUBO ESPONJOSO EM POLIETILENO, NO DIÂMETRO DE 5/8"
------	-------	---------	--

12. Tubo esponjoso de 3/4" – R\$ 2,01 (EMOP)

EMOP	07887	07/2025	TUBO ESPONJOSO EM POLIETILENO EXPANDIDO, NO DIÂMETRO DE 3/4"
------	-------	---------	--

13. Válvula de serviço Schrader 1/4"

|--|



Válvula Serviço 1/4 Ar Split S/Acesso
Carga Gás Eos

☆☆☆☆☆ (Avalie agora!)

Código: kit5240 (Ver descrição completa)

Entregue por Frigelar

R\$ 33,00

Por: R\$ 31,00

R\$ 27,90

à vista com 10% de desconto no PIX

[Mais formas de pagamento](#)

COMPRAR

Calcule o valor do Frete e prazo de entrega

Válvula De Serviço Para Split Hultel 1/4 - Ht1602p

★★★★★ (0)

Cód. 1572255351

EAN: 7899733812768

Exclusivo Site



Lista de Favoritos



OFERTA

-10%

R\$ 24,80/cada

R\$ 22,32 /cada

à vista no pix

Vendido e entregue por Dufrio - demais regiões

Formas de pagamento

Comprar e receber

ou

Comprar e retirar

Calcule seu frete

CEP

[Não sei meu CEP](#)

Ex: 00000-000



Válvula de Serviço para Condensadora

REF: 80170.020

Informe abaixo seu CEP e verifique a melhor oferta disponível.

A partir de:

R\$ 30,91

6x de R\$ 5,15 no cartão ver parcelas ▼

CO

Selecione uma opção:

1/4"

3/8"

1/2"

5/8"

7/8"

Quantidade:

1

Frete e prazo:

CEP

CALCULAR

Selecione a melhor oferta e finalize sua compra!

VENDIDO E ENTREGUE POR

FRETE

ME

Alfa Distribuidora

GO - Rio Verde

14. Válvula de serviço Schrade 3/8"

]



Válvula de Serviço para Condensadora

REF: 80170.021

☆

Informe abaixo seu CEP e verifique a melhor oferta disponível.

A partir de:

R\$ 36,00

7x de R\$ 5,35 no cartão ver parcelas ▼

COMPR

Selecione uma opção:

1/4"

3/8"

1/2"

5/8"

7/8"

Quantidade:

1

Frete e prazo:

CEP

CALCULAR

Selecione a melhor oferta e finalize sua compra!

VENDIDO E ENTREGUE POR

FRETE

MELHOR

Alfa Distribuidora

]

**Válvula Serviço 3/8 Ar Split C/Ac
Carga Gás Eos**

☆☆☆☆☆ (Avalie agora!)

Código: kit5250 (Ver descrição completa)

Entregue por Frigelar

R\$ 38,00

Por : R\$ 36,00

R\$ 32,40

à vista com 10% de desconto no

[Mais formas de pagamento](#)

COMPRAR

Calcule o valor do Frete e prazo d

Digite o seu CEP

Co

**Válvula de Serviço para Split Hultur 3/8 - HT1603P**

SKU 100262904

**R\$ 30,80**

ou R\$ 30,80 em 1x de R\$ 30,80 sem juros

[Mais formas de pagamento](#)

Comprar agora

Calcular frete

- -

Solda em Fio no Tubinho 63x37 Estanho e Chumbo SN/PB 1,0n

INDICADA PARA SOLDAGENS INDUSTRIAIS E AUTOMOTIVAS, COM ALTA PUREZA E EXCELENTE MOLHABILIDADE

★★★★★ (0) - Faça uma avaliação



50% OFF

SKU: 2620
de R\$20,96 por

R\$ 10,06 no PIX

+ formas de pagamento

1 + -

Dúvida

Veja mais produtos de

Calcule o frete
Não sei o meu CEP

Adicionar aos favoritos

Descrição Resumida

- Diâmetro do fio de 1,0mm
- 63% estanho e 37% chumbo
- Ponto de fusão 183°C
- Carretel no tubinho

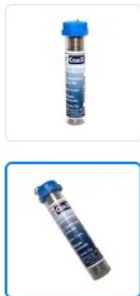
cookies e tenha uma melhor experiência em nosso site,

Aceitar

magalu > Ferramentas > Acessórios > Solda > Ferro > Solda tubo 25gr 1mm 60x40 azul cobix

Solda tubo 25gr 1mm 60x40 azul cobix

Código aa5h24d709 | [Ver descrição completa](#) | [COBIX](#)



★★★★☆ 3.0

Vendido por **Zando**
Entregue por **magalu**
O Magalu garante a

R\$ 17,00 em 1x de R\$ 17,00
ou R\$ 17,00 r

Cartão de crédito
sem juros



Calcular frete

Informações

Zar
Loji

Ruim



Magalu Garante

a sua compra, do pedido à entrega.



Devolução Gratuita

em até 7 dias depois de receber o produto.



SOLDA ESTANHO 60 X 40 TUBO 22G - COBIX

★★★★★ (0) [Clique e veja!](#)

Ref: 03000477

R\$ 10,99

R\$ 10,11

10x de R\$ 1,01 iguais

R\$ 10,11 à vista

Quantidade:

ADICIONAR AO CARRINHO

Calcule o frete e o prazo:

OK

[Não sei meu CEP](#)

16. Lava Jato portátil alta pressão

]

Lava Jato Portatil Lavadora Alta Pressão Sem Fio Com Bateria - Gkm

Código baa8h74ac0 | [Ver descrição completa](#) | Gkm



★★★★☆ 3.8 (8)

Vendido e entregue por **Oli**
O Magalu garante a sua co

R\$ 222,03 em 3x de R\$ 74,
ou **R\$ 186,51** no Pi:
(16% de desconto no pix)

Cartão de crédito
sem juros

CO

ADIC

[Calcular frete e prazo](#)

Informações da Lo

Olist Plu
Lojista M

]



OFERTAS REFINÂPAGO



EXCLUSIVIDADE MAIS VENDIDO

Lavadora portátil Recarregável (:

★★★★★ 4.8 (89 Ave

R\$ 249,90 R\$ 506

em até 12x de R\$ 25,33

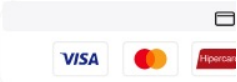


Quantidade:

-

1

+



Frete Grátis

Jardim e Piscina > Cortadores e Ferramentas Elétricas para Ambientes Externos > Lavadoras de Alta Pressão e Acessórios > Lavadoras de Alta Pressão



Lava Jato Portátil Alta Pressão Sem Fic Baterias + Maleta de Transporte – Bivo

Marca: Genérico

R\$ 159⁹⁰

Em até 5x R\$ 31,98 sem juros Ver parcelas disponíveis ▾



Pagamentos e
Segurança



Política de devo-
lução



Marca	Genérico
Fonte de alimentação	Alimentado por bateria
Cor	Preto fosco
Peso do produto	1,65 Quilogramas
Comprimento da mangueira	4 Metros

Sobre este item

- Material ABS, metal, nucleo de cobre embutido

Relatar um problema com este produto

WAP Lavadora de Alta Pressão ÁGIL Portátil, 300L/h, com Jato em Leque e

★★★★★ 3.245 | R\$ 423,63



COLETOR COM BOLSA DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO ATE 60K

☆☆☆☆☆ 0 OPINIÕES

R\$ 309,99

Mais informações

1

COM

Calcular frete:

00000-000

OK



Digite aqui nome, modelo ou código do produto



Faturamento para Empresa

Ferramentas

Gás Refrigerante

Compressores

Ar Condicionado

Peça Eletrodoméstico

Comercial

Elétrica

Automotivo

Utilidades



Home > Ferramentas > Bolsa Coletora Limpeza Split Piso Teto Ate 60000 BTU

Bolsa Coletora Limpeza Split Piso Teto Ate 60000 BTUs

SKU: 100000500

R\$ 334,59

10x de R\$ 33,46 sem juros

R\$ 324,55 à vista com 3% de desconto no PIX

Formas de pagamento



- 1 +

Adicionar Ao Carrinho

Comprar pelo WhatsApp

Ver vídeo



Produto Novo | Estoque acabando

Atenção! Selecione uma das opções de entrega abaixo.

Meio preço

Saindo do Pará

☒ **R\$ 356,25**

 R\$ 356,25 - à vista

 Frete a calcular

Saindo do Maranhão

☐ **R\$ 364,80**

 R\$ 364,80 - à vista

 Frete a calcular

18. Kit oxi-acetileno portátil

]

Home / Maçaricos / Maçaricos Turbo Set / MAÇARICO PORTÁTIL TURBO SET 90 OXYTURBO - COMPLETO COM CILINDROS

☆ Destaque

2% OFF



MAÇARICO POR
OXYTURBO - CC
CILINDROS

Adicio

REF: MAC000

★★★★★
1 Opinião

Disponibilidade: Imediata

de R\$ 1.790,00
R\$ 1.749,00
ou 3x de R\$ 583,00 Sem jur

1 + -

* Aqui sua compra é 100% seg

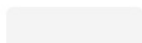
22 D

]

magalu > Ferramentas > Manuais > Alicates > Alicates Universal > Kit Acessórios Ferramentas Com Maçarico Portátil Gallant - Kit Acessórios para ferramentas

Kit Acessórios Ferramentas Com Maçarico Portátil Gallant - Kit Acessórios para ferra

Código fbheb46a2j | [Ver descrição completa](#) | [Kit Acessórios para ferramentas](#)



★★★★★

Vendido por **Refrigera**
Entregue por **magalu**
O Magalu garante a su

R\$ 1.500,00

R\$ 1.109,00 em 7x de

ou R\$ 1.109,00

Cartão de crédito
sem juros



Calcular frete e

Informações de

Home > Ferramentas de Refrigeração > Ferramentas Para Solda > Maçaricos > Kit Maçarico Gallant Com Acetileno e Oxigênio



KIT MAÇARICO GALLANT E OXIGÊNIO

☆☆☆☆☆ 0 OPINIÕES

R\$ 998,70

R\$ 968,74 à vista com desconto ou 10x d
+ Ver formas de pagamento

PRODUTOS DO KIT



MAÇARICO PORTÁTIL GLTO

Ref: 008821

1 unidade



**CILINDRO OXIGÊNIO PARA M
OXYTURBO GAS0011**

Ref: 001778

1 unidade



CILINDRO DE GÁS ACETILEN

19. Refil Oxigênio



CILINDRO OXIGÊNIO PAI
TURBO SET 930ML/136G
GAS0011

☆☆☆☆☆ 0 OPINIÕES

R\$ 171,30
R\$ 166,16 à vista com desconto ou 3x de R\$
+ Ver formas de pagamento

1

COMPRAR

Calcular frete:

00000-000

OK

Refil Oxigênio para Maçarico Milano Turbo Set 930 ml

SKU 8084



-4%

R\$ 226,00
R\$ 207,00 5% no PIX
ou R\$ 217,89 em 4x de R\$ 54,47 sem juros
Mais formas de pagamento

Comprar agora

Calcular frete



Nosso estoque desse produto

Cilindro Gás Turbo Set 90 Oxig
 ★★★★★ (Avalie agora!)

Modelo: GAS0011
 Código: kit4416 [\(Ver descrição completa\)](#)

Entregue por **Frigelar**

R\$ 233,91
 Por: **R\$ 222,21**

R\$ 199,99
 à vista com 10% de desconto no
 ou **R\$ 222,21** em 8x de R\$ 27,78 s
[Mais formas de pagamento](#)

COM

Calcule o valor do Frete e prazo c

Digite o seu CEP

C

20. Refil Acetileno

]

[Home](#) >
 [Ferramentas de Refrigeração](#) >
 [Ferramentas Para Solda](#) >
 [Gases Refil](#) >
 Cilindro De Gás Acetileno Descartável Turbo Gás 400 Gramas



**CILINDRO DE GÁS ACET
DESCARTÁVEL TURBO**

☆☆☆☆☆ 0 OPINIÕES

R\$ 67,50
 R\$ 65,48 à vista com desconto
[+ Ver formas de pagamento](#)

1

COMPRAR

Calcular frete:

00000-000

OK



GÁS DE SOLDA NEVADA - CILIN

♥ Adicio

REF: GAS10

☆☆☆☆☆

Seja o primeiro a opinar


Disponibilidade: Imediata

R\$ 54,00

1

+
-

* Aqui sua compra é 100% seg

 Frete e prazo de entr

Informe seu cep



Cilindro de Gás Acetileno Turbo Gás

REF: 12784 MARCA: GENERICO

☆☆☆☆☆

Seja o primeiro a opi



R\$ 63,50

R\$ 61,60 à vista com desconto di
ou 2x de R\$ 31,75

1

 **COMPRAR PRO**

* Aqui sua compra é 100% segura, compre com t



Frete e prazo de entrega

Informe seu cep

CALCU

21. Cartucho Gás Mapp para Maçarico

Cartucho Gás Mapp para Maçarico 400g ONU1077 Classe 2.1 Propileno Hultel

SKU 100274480



R\$ 30,53

ou R\$ 30,53 em 1x de R\$ 30,53 sem juros

[Mais formas de pagamento](#)

Comprar agora

Calcular frete

Refil Para Maçarico Gás Mapp 400g Rothenberger R35539



(0)

Cód. 1567615980

EAN: 5013121356630

Exclusivo Site

Lista de Favoritos



OFERTA

~~R\$ 38,00 /cada~~

R\$ 32,30 /cada

à vista no pix

Vendido e entregue por **Frio Peças - demais regiões**

Formas de pagamento

Comprar e receber

ou

Comprar e retirar

Calcule seu frete

CEP

[Não sei meu CEP](#)

Ex: 00000-000

Estoque na Loja física

Compre pelo Telefone

**Gás Refil MAP EOS Profissional**

☆☆☆☆☆ (Avalie agora!)

Modelo: MAP 400g AMARELO

Código: kit1531 (Ver descrição completa)

Entregue por Frigelar

R\$ 45,00

Por : R\$ 43,00

R\$ 38,70

à vista com 10% de desconto no

[Mais formas de pagamento](#)

COMPRAR

Calcule o valor do Frete e prazo de entrega

Digite o seu CEP

CE

22. Cilindro de Nitrogênio 20L 3m³

]

**Cilindro Nitrogênio 3m³**

R\$ 1.989,00 BRL

Frete calculado no checkout.

Quantidade

- 1 +

Adicionar ao carrinho

Compre já

✓ Retirada disponível em Rua do Parque 392

Normalmente pronto em 24 horas

[Ver as informações da loja](#)

]



Cilindro Naci 3m³ 200BAR I

Adi

REF: CILNITR20
MO

☆☆☆☆☆

Seja o primeiro a opinar

Disponibilidade: Imediata

R\$ 1.438,00

ou 3x de R\$ 479,33 Ser
ou 12x de R\$ 146,33 coi

1

+

-

* Aqui sua compra é 100%

[Ferramentas](#) > [Medições e Instrumentação](#) > [Medidores de Pressão](#) > [Manômetros Analógicos](#)



Novo

Cilindro Em Aço De Nitrogênio - 20 Litros 3m³ Refrigeração

R\$ 1.528⁷⁴

12x R\$ 148²¹

[Ver os meios de pagamento](#)

Chegará grátis a
Mais formas de entreg

Retire grátis a par
em uma agência M
[Ver no mapa](#)

Quantidade: 1 unid

Compra

Adicionar a



Frete gráti
partir de R

[Confira a Política](#)

Início > PASTA TÉRMICA >
PASTA TÉRMICA BASE SILICONE (E
PESO MOLECULAR - IMPLASTEC -

PASTA TÉRMICA SILICONE (BRAN ALTO PESO MOL IMPLASTEC - PO GRAMAS

R\$18,20



Ver mais detalhes

- 1 +

Meios de envio

Seu CEP

Não sei meu CEP



Pasta Térmica Branca de Silicone 0, Implastec Pote 50g

Modelo: 610030

★★★★★ (17)

R\$ 15,91
no PIX

+ formas de pagamento

Está acabando! Restam apenas 69 unidades

1

ADICIONAR AO CARRINHO



Tire suas dúvidas pelo Whatsapp



Adicionar aos favoritos

Garantia: 90



Calcule o frete
Não sei o meu CEP

00000-000

OK

des e tenha uma melhor experiência em nosso site,
s Políticas de Privacidade

Aceitar

Pasta Termica Implastec A Base De Silicone Pote 50g

★★★★★ (0) Cód. 1567053277 EAN: 7898446730475 Exclusivo Site



R\$ 13,00 /cada

Vendido e entregue por Raicrom - demais regiões

Formas de pagamento

Comprar e receber ou Comprar e retirar

Calcule seu frete

CEP

Não sei

Ex: 00000-000

☒ R\$ 13,00 cada

+ frete

Raicrom

☐ R\$ 13,48 cada

+ frete

Bits 8

24. Tubo de cobre de 1/4" – R\$ 20,61 (SINAPI)

SINAPI	00039662	07/2025	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/4", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS
--------	----------	---------	--

25. Tubo de cobre de 1/2"- R\$ 43,00 (SINAPI)

SINAPI	00039660	07/2025	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/2", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS
--------	----------	---------	--

26. Tubo de cobre de 3/8" – R\$ 31,70 (SINAPI)

SINAPI	00039664	07/2025	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/8", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS
--------	----------	---------	--

27. Tubo de cobre de 5/8" – R\$ 53,49 (SINAPI)

SINAPI	00039665	07/2025	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/8", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS
--------	----------	---------	--

28. Tubo de cobre de 3/4" – R\$ 64,69 (SINAPI)

SINAPI	00039666	07/2025	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/4", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS
--------	----------	---------	--

5.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18, §1º, inciso V)

A contratação dos materiais destinados à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará apresenta características que tornam o uso do Sistema de Registro de Preços a modalidade mais adequada e economicamente vantajosa. Primeiramente, trata-se de insumos de consumo recorrente, porém de demanda variável, em função de manutenções emergenciais e preventivas distribuídas ao longo do exercício, tanto na capital quanto nas unidades do interior. O SRP permite que o órgão adquira os itens à medida que a necessidade se concretiza, evitando o acúmulo desnecessário de estoques e preservando a economicidade da contratação.

Do ponto de vista técnico, os materiais contratados – incluindo gases refrigerantes, tubos de cobre, válvulas, isolantes, solda e acessórios – possuem especificações padronizadas e são fornecidos por múltiplos fornecedores no mercado, o que favorece a competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos. A utilização do SRP possibilita a participação de diversos fornecedores cadastrados, garantindo ampla concorrência, cumprimento das normas técnicas aplicáveis e flexibilidade na aquisição de acordo com a demanda real.

Economicamente, a contratação via SRP reduz custos administrativos e logísticos, ao concentrar a aquisição em um processo licitatório único que fornece preços referenciais válidos para toda a vigência do registro. Além disso, a modalidade permite ajustes de quantitativos sem necessidade de nova licitação, adequando-se à imprevisibilidade de falhas nos equipamentos e à variação da demanda durante o exercício. Tal abordagem promove eficiência na gestão de recursos públicos, redução de desperdícios e maior previsibilidade orçamentária, alinhando-se aos princípios da economicidade e eficiência previstos na legislação vigente.

Por fim, a adoção do SRP está em consonância com as práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União e por outros órgãos públicos de manutenção predial e climatização, que identificam essa modalidade como instrumento adequado para aquisição de insumos de consumo contínuo, com demanda variável e distribuída ao longo do exercício, assegurando atendimento célere e preservando a continuidade das operações do órgão.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI) [6]

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Gás R134a – refrigerante ecológico, não inflamável, em cilindro descartável ou retornável de 13,6 kg, com válvula de segurança e lacre de inviolabilidade.	UND	03	R\$ 913,10	R\$ 2739,30
2	Gás R410A – mistura zeotrópica, não inflamável, em cilindro de 11,3 kg, com identificação do conteúdo.	UND	03	R\$ 1066,15	R\$ 3198,45
3	Gás R22 – HCFC de uso controlado, em cilindro de 13,6 kg, para manutenção corretiva de equipamentos existentes.	UND	03	R\$ 1020,00	R\$ 3060,00
4	Gás R32 – refrigerante HFC de baixo GWP, ligeiramente inflamável, em cilindro descartável de 9 kg, com válvula de segurança.	UND	03	R\$ 947,79	R\$ 2843,37
5	Curva de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 19,05 mm.	UND	50	R\$ 8,68	R\$ 434,00
6	Curva de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 15,88 mm.	UND	50	R\$ 6,40	R\$ 320,00
7	Curva de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 12,70 mm.	UND	50	R\$ 4,53	R\$ 226,50
8	Tubo esponjoso 1/4" – polietileno expandido, Ø 6,35 mm, espessura ≥ 10 mm, resistente a intempéries.	M	100	R\$ 1,50	R\$ 150,00
9	Tubo esponjoso 1/2" – polietileno expandido, Ø 12,70 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama.	M	100	R\$ 1,34	R\$ 134,00
10	Tubo esponjoso 3/8" – polietileno expandido, Ø 9,52 mm, espessura ≥ 10 mm.	M	100	R\$ 1,65	R\$ 165,00
11	Tubo esponjoso 5/8" – polietileno expandido, Ø 15,88 mm, espessura ≥ 10 mm.	M	100	R\$ 1,80	R\$ 180,00
12	Tubo esponjoso 3/4" – polietileno expandido, Ø 19,05 mm, espessura ≥ 10 mm.	M	100	R\$ 2,01	R\$ 201,00
13	Válvula Schrader 1/4" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	10	R\$ 27,04	R\$ 270,40
14	Válvula Schrader 3/8" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	10	R\$ 33,07	R\$ 330,70
15	Solda Estanho 60x40 (25 g) – fio de solda com fluxo interno, composição 60% estanho e 40% chumbo.	Tubo (25 g)	30	R\$ 12,82	R\$ 384,60
16	Lava jato portátil alta pressão – pressão mínima 100 bar, 2 baterias de lítio inclusas, com mangueira e bicos reguláveis.	UND	3	R\$ 210,61	R\$ 631,83
17	Bolsa coletora de limpeza para split – impermeável, reutilizável, capacidade mínima 30 L.	UND	2	R\$ 333,61	R\$ 667,22
18	Kit oxi-acetileno portátil – conjunto com maçarico, mangueiras, reguladores e suporte para refis descartáveis.	UND	2	R\$ 1285,57	R\$ 2571,13
19	Refil oxigênio 930 ml – cilindro descartável, compatível com kit oxi-acetileno portátil.	UND	3	R\$ 204,07	R\$ 612,21
20	Refil gás acetileno 400 g – cilindro descartável, compatível com maçarico portátil.	UND	3	R\$ 61,70	R\$ 185,00
21	Cartucho gás MAPP – descartável, com válvula de segurança, para maçarico de alta temperatura.	UND	15	R\$ 33,85	R\$ 507,65
22	Cilindro nitrogênio 20 L (3 m³) – cilindro em aço, com válvula de segurança e teste hidrostático válido, contendo nitrogênio industrial.	UND	1	R\$ 1651,67	R\$ 1651,67
23	Pasta térmica silicone 0,4 W (50 g) – condutividade ≥ 0,4 W/m.K, não condutiva eletricamente, resistente a altas temperaturas.	UND	20	R\$ 15,70	R\$ 314,00
24	Tubo de cobre 1/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 6,35 mm, próprio para refrigeração.	M	100	R\$ 20,61	R\$ 2061,00
25	Tubo de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 12,70 mm, próprio para refrigeração.	M	100	R\$ 43,00	R\$ 4300,00
26	Tubo de cobre 3/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 9,52 mm, próprio para refrigeração.	M	100	R\$ 31,70	R\$ 3170,00
27	Tubo de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 15,88 mm, próprio para refrigeração.	M	50	R\$ 53,49	R\$ 2674,50
28	Tubo de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 19,05 mm, próprio para refrigeração.	M	50	R\$ 64,69	R\$ 3234,50
TOTAL					R\$ 37.218,0

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII) [\[7\]](#)

A solução consiste na aquisição de um conjunto de materiais e insumos técnicos necessários para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização (ar-condicionado tipo split, sistemas de condensação e unidades centrais) nas unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, tanto na capital quanto no interior. Os itens incluem gases refrigerantes (R134a, R410A, R22 e R32), tubos e curvas de cobre, tubos esponjosos isolantes, válvulas de serviço Schrader, solda de estanho, pasta térmica à base de silicone, acessórios para limpeza e manutenção (bolsa coletora, lava jato portátil), kits de solda oxi-acetileno com refis, cartuchos de gás MAPP e cilindros de nitrogênio.

A solução foi estruturada para assegurar a continuidade operacional dos equipamentos de climatização, com quantitativos mínimos definidos para atender às rotinas de manutenção preventiva e corretiva, garantindo atendimento céleres a falhas emergenciais. Todos os materiais deverão atender a normas técnicas específicas, como ASTM B280 para tubos e curvas de cobre, especificações de inflamabilidade e resistência térmica para isolantes, e conformidade com normas de segurança na manipulação de gases e materiais inflamáveis.

Além da aquisição dos insumos, a solução contempla a manutenção e assistência técnica dos equipamentos na perspectiva interna do órgão, garantindo que a equipe de manutenção tenha à disposição todos os itens necessários para execução imediata dos serviços, sem necessidade de espera por novas compras. Essa abordagem permite agilidade na substituição de componentes, limpeza e testes de estanqueidade, reduzindo riscos de paralisação dos sistemas de climatização e preservando o conforto ambiental para servidores e usuários.

A solução também incorpora práticas de sustentabilidade, priorizando materiais recicláveis, cilindros retornáveis, insumos com menor impacto ambiental e equipamentos que reduzam consumo de água e energia durante a manutenção. A forma de contratação via Sistema de Registro de Preços permite flexibilidade na aquisição dos itens conforme a demanda real, evitando estoques excessivos, garantindo economicidade e assegurando que o Tribunal mantenha capacidade contínua de operação de seus equipamentos de climatização.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII) [\[8\]](#)

8.1. Objeto da contratação será adquirido por item?

(x) Sim.

() Não, justifique, caso a contratação seja por lote ou por grupo.

8.2. Trata-se de Sistema de Registro de Preços?

() Não.

(x) Sim, justifique a ocorrência das hipóteses previstas no art. 3, Decreto nº 11.462/2023.

A contratação dos materiais destinados à manutenção de equipamentos de climatização do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com as hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023. Esta modalidade é adequada em razão da necessidade de atendimento contínuo e distribuído ao longo do exercício, tanto nas unidades da capital quanto no interior, em que a demanda por insumos é variável e imprevisível, característica que inviabiliza a definição precisa de quantitativos em um único processo de aquisição.

Adicionalmente, o SRP permite obter preços mais vantajosos por meio da ampla concorrência entre fornecedores previamente cadastrados, assegurando economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos. A modalidade também possibilita a aquisição parcelada conforme a necessidade real de consumo, evitando estoques excessivos e garantindo disponibilidade imediata de materiais críticos para manutenção preventiva e corretiva, tais como gases refrigerantes, tubos de cobre, válvulas, isolantes e acessórios.

Ainda, o uso do SRP atende à previsão do Decreto de que esta modalidade deve ser utilizada quando se tratar de bens de consumo frequente, com aquisição parcelada ao longo do exercício ou para atender unidades distribuídas geograficamente, garantindo flexibilidade, continuidade operacional e rapidez na resposta a falhas emergenciais. Dessa forma, a contratação via SRP assegura o cumprimento das rotinas de manutenção, preserva a eficiência do serviço público e está plenamente alinhada aos princípios da legalidade, economicidade e eficiência administrativa.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (economicidade e melhor aproveitamento de recursos humanos/materiais/financeiros) (art. 18, §1º, inciso IX) [\[9\]](#)

A contratação dos materiais para manutenção de climatização tem como principal objetivo garantir a plena operação dos equipamentos, assegurando conforto ambiental e continuidade dos serviços prestados nas unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, tanto na capital quanto no interior. Com a disponibilidade imediata de insumos críticos, espera-se reduzir o tempo de resposta em manutenções corretivas e preventivas, minimizando interrupções nas atividades administrativas e de atendimento ao público.

Espera-se, ainda, promover economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio da adoção do Sistema de Registro de Preços, que permite aquisição parcelada conforme a demanda real, evitando estoques excessivos e desperdícios. A contratação viabiliza melhor aproveitamento dos recursos humanos da equipe de manutenção, garantindo que todos os insumos necessários estejam disponíveis para execução das tarefas sem atrasos ou paralisações.

Adicionalmente, a solução contribui para o desenvolvimento sustentável, ao priorizar materiais com menor impacto ambiental, como gases refrigerantes de baixo GWP, cilindros retornáveis e insumos recicláveis. Dessa forma, a contratação gera benefícios diretos e indiretos, promovendo eficácia na manutenção dos equipamentos, preservação da continuidade operacional, otimização de recursos e alinhamento às práticas de sustentabilidade institucional.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X) [\[10\]](#)

Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente para a execução do objeto da contratação?

(x) Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente.

() Sim.

Será necessária a capacitação de servidor para a execução contratual?

(x) Não.

() Sim. A capacitação será realizada pela Contratada, sendo que a capacitação compõe obrigação contratual a ser prevista no respectivo Termo de Referência.

() Sim. A capacitação deverá ser providenciada pela Administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI) [\[11\]](#)

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

(x) Não.

() Sim.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, logística reversa, reciclagem de bens e refugos) (art. 18, §1º, inciso XII) [\[12\]](#)

A contratação dos materiais para manutenção de climatização envolve potenciais impactos ambientais relacionados principalmente à geração, armazenamento e destinação inadequada de resíduos, como cilindros de gases refrigerantes, cartuchos de solda, tubos e isolantes, bem como ao manuseio de substâncias químicas e inflamáveis. Caso não haja cuidado adequado, esses resíduos podem causar contaminação do solo, da água e do ar, além de apresentar risco à saúde humana, em desacordo com normas ambientais vigentes.

Para mitigar esses impactos, serão adotadas as seguintes medidas:

- Gerenciamento de resíduos:** Todos os resíduos sólidos, incluindo tubos, isolantes, embalagens e cartuchos de gás, deverão ser segregados e enviados para empresas licenciadas de reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada. Os cilindros de gases e refis descartáveis deverão ser recolhidos por fornecedores credenciados para reuso ou reciclagem, evitando seu descarte inadequado.
- Manuseio seguro de substâncias químicas:** A equipe de manutenção deverá utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, seguir procedimentos técnicos padronizados e atender às normas de segurança para manipulação de gases refrigerantes, solda, acetileno e oxigênio.
- Adoção de materiais ambientalmente responsáveis:** Sempre que possível, priorizar a aquisição de gases refrigerantes de baixo potencial de aquecimento global (GWP), tubos e isolantes recicláveis, e produtos que não contenham substâncias perigosas não regulamentadas.
- Capacitação e treinamento:** A equipe de manutenção receberá instruções sobre práticas sustentáveis, segregação correta de resíduos, transporte seguro e cumprimento das normas ambientais aplicáveis, garantindo que todos os procedimentos minimizem riscos de contaminação.

Dessa forma, a contratação garante não apenas a continuidade das rotinas de manutenção, mas também o cumprimento das normas ambientais, reduzindo impactos negativos ao meio ambiente e promovendo práticas sustentáveis dentro do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso XIII) [\[13\]](#)

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, esta equipe de planejamento **DECLARA SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

(Assinado eletronicamente)
Gladstone Façanha Barbosa Lima
Téc. Judiciário SAPRE
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)
Felipe Leão de Araújo
Chefe SAPRE
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)
Cláudio Emmanuel Dantas de Medeiros
Coordenador COAPA
Integrante Administrativo

Instruções de preenchimento

[1] DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - É a justificativa para a contratação, que surge em decorrência de uma demanda que precisa ser atendida sob a perspectiva do interesse público. É a base para definição dos demais temas do estudo técnico preliminar.

O que fazer? Identificar o problema e definir a real necessidade que ele gera sob a perspectiva do interesse público, além de especificar o que se deseja alcançar com a contratação.

[2] PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES - Alinhamento da contratação com os objetivos estabelecidos nos planos estratégicos do órgão ou outros instrumentos de planejamento, se houver. É importante para propiciar direcionamento da contratação aos objetivos institucionais do órgão.

O que fazer? Demonstrar o alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a sua previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

[3] REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - São as condições indispensáveis que a contratação deve ter para atender à necessidade da Administração, incluindo padrões mínimos de qualidade para possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa.

Deve-se considerar projetos similares realizados por outras instituições e as peculiaridades de mercado.

O que fazer?

1. Definir os requisitos indispensáveis de que o objeto a adquirir/contratar deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa;
2. Justificar os requisitos definidos;
3. Buscar aderência a padrões do mercado;
4. Definir requisitos que não limitem a competição e não deixem o órgão dependente da contratada;
5. Identificar os normativos que devem ser observados pela solução contratada para o alcance dos objetivos esperados, se for o caso, com os respectivos requisitos de habilitação específicos;
6. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificações técnicas do objeto ou como obrigação da contratada, bem como os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

[4] ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - É a verificação da demanda existente a fim de estimar a quantidade adequada dos itens da solução.

O que fazer? 1. Justificar as quantidades a serem adquiridas em função do consumo e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida a partir de fatos concretos (Ex: série histórica do consumo - atendo-se a eventual ocorrência vindoura capaz de impactar o quantitativo demandado, acréscimo de atividades, necessidade de substituição de bens atualmente disponíveis, etc.). 2. A estimativa das quantidades a serem contratadas deve ser acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. 3. Buscar técnicas apropriadas para estimar a quantidade necessária ao alcance do resultado pretendido.

[5] LEVANTAMENTO DE MERCADO

ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS - É o levantamento das soluções existentes no mercado que atendam aos requisitos estabelecidos. A título de exemplo, consideremos uma situação de demanda de transportes para servidores do TRE-CE: neste caso hipotético há diversas soluções disponíveis, como (i) compra de veículos; (ii) locação de veículos; e (iii) contratação de serviço de transporte por aplicativo. Há que serem elencadas as soluções disponíveis, se existirem mais de uma.

O que fazer? 1. Informar o levantamento de mercado realizado, com a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e b) ser realizada consulta ou realizar diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições. Caso, após o levantamento do mercado, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR - São os argumentos favoráveis à escolha da solução, com base na análise dos cenários e no levantamento de mercado.

O que fazer? 1. Avaliar as soluções possíveis para o atendimento da demanda quanto aos aspectos de eficiência, eficácia, economicidade, padronização e práticas de mercado; 2. Levantar em conta para a escolha da solução, além do custo, aspectos referentes à garantia, manutenção, insumos e aquisição de ativos. 3. Justificar o porquê da escolha da solução identificando os benefícios a serem alcançados.

[6] ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - Indicação do custo unitário e global da solução escolhida.

O que fazer? 1. Efetuar pesquisa de preços preferencialmente junto a portais de compras/preços do governo federal (Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP) e tabelas de referência oficiais (Sinapi, Sicro, Seinfra/CE, Orse, etc.), em detrimento de pesquisa junto a fornecedores; 2. Consultar mercado público e privado; 3. Levantar em consideração todo o período de vigência do contrato, indicando o custo anual e global; 4. Anexar ao processo de contratação o memorial de cálculo das estimativas de preços e dos documentos que lhes dão suporte (contrato, ata de registro de preços, portal da Internet, orçamento, etc.).

Nota: A estimativa de valor da contratação realizada nos ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta.

[7] DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - Descrição detalhada da solução escolhida.

O que fazer? Descrever a solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

[8] JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - É a avaliação e justificativa, técnica e econômica, da possibilidade do parcelamento do objeto da contratação.

O que fazer? 1. Planejar a contratação da solução em sua totalidade; 2. Avaliar e justificar se é técnica e economicamente viável parcelar o objeto da contratação. 3. Definir e

justificar o tipo de adjudicação: por item, por lote ou por valor global.

Nota 1: Conforme arts. 40, inciso V, "b" e 47, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, as licitações de serviços e compras devem atender ao princípio do parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Nota 2: Neste item, é imprescindível informar se a divisão do objeto representa, ou não, perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado. No caso de aquisição de quantitativo estimado ou por ata de registro de preços poderá o edital fixar quantitativo mínimo a ser adquirido para preservar a economia de escala.

[9] RESULTADOS PRETENDIDOS - São os benefícios diretos almejados com a contratação. É importante ressaltar que os resultados pretendidos configuram propostas feitas pela área requisitante.

O que fazer? 1) Demonstrar os ganhos diretos e indiretos que se almeja com a contratação, essencialmente efetividade e desenvolvimento nacional sustentável e sempre que possível, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

[10] PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO - São ajustes necessários no ambiente do órgão para viabilizar a utilização da solução.

O que fazer? De acordo com a natureza da solução alguns aspectos devem ser observados na realização das adaptações: 1. Infraestrutura física ou tecnológica; 2. Espaço físico e logística; 3. Estrutura organizacional; 4. Acesso a sistemas de informação; 5. Impacto na equipe da área requisitante; 6. Quaisquer outras providências necessárias à implantação e à continuidade da solução.

[11] CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES - São contratações em processos distintos em andamento que se relacionam para o atendimento de uma finalidade em comum.

O que fazer? Informar se há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

[12] IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS - São os impactos ambientais decorrentes da contratação e respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras.

O que fazer? Descrever os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar os riscos ambientais existentes.

Riscos: a) Contratação e resíduos dela decorrentes sem o devido tratamento, em prejuízo ao meio ambiente e em dissonância com as normas ambientais.

Sugestão: O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará destina resíduos secos, aqui produzidos, à associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis apta a realizar a coleta seletiva dos resíduos secos, por meio do Contrato n° 66/2021, firmado com a empresa Sociedade Comunitária de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Pirambu – Socrelp.

[13] DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - Nota: o ETP deve ser assinado por todos os membros da Equipe de Planejamento da Contratação instituída no Documento de Formalização da Demanda. Para coletar a assinatura de usuários de outras unidades deve-se incluir o documento em bloco de assinatura.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90037/2026 - TRE/CE
ANEXO 4 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ – ÓRGÃO GERENCIADOR, com sede na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, CNPJ n.º 06.026.531/0001-30, neste ato representado por seu Exmo. Des.Presidente XXX, portador do RG n.º xxx, e CPF n.º xxx, no uso da competência atribuída pela Portaria n.º xxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/2026..., publicada no de/...../2026..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a eventual, utilizando a ferramenta registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no Anexo desta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125, da Lei n.º 14.133/2021.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Conforme resultado da licitação, a presente Ata tem por fim registrar os quantitativos mínimos e máximos e os preços de cada item, da empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o n.º xxx, com sede na Rua xxx, n.º xxx, CEP: xxx, Telefone(s): xxx, E-mail: xxx, no município de xxx/UF, neste ato representada por xxx, portador do RG n.º xxx, CPF n.º xxx, Telefone(s): (xx) xxx, domiciliado na Rua xxx, n.º xxx, Bairro: xxx, CEP: xxx, Município/UF, E-mail: xxx, conforme se seguem.

Item do Termo de Referência	Fornecedor	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário
-----------------------------	------------	---------------	---------	-------------------	-------------------	----------------

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, se for o caso.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Compõem a Ata de Registro de Preços, na qualidade de órgãos participantes, as seguintes entidades: _____

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será até, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos totais do adjudicatário, uma vez que o edital não permitiu a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* ;
- 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.4.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
- 5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador ou participante

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO 5 - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º/20....

SEI N.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º/20.....

Contrato de que entre si celebram a União, por intermédio do
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado CONTRATANTE, representado neste ato por, no uso da competência atribuída pela Portaria, e a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na, telefone, e-mail, doravante denominada CONTRATADA, representada por, tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º e em observância as disposições da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Instrumento é a eventual aquisição de....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital de Licitação;
 - 1.2.3. A proposta da CONTRATADA;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será até contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
 - 4.1.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Elaboração dos laudos de avaliação e das Anotações de Responsabilidade Técnica.
 - 4.1.2 A subcontratação fica limitada a 25% do valor do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor da contratação é de R\$
- 5.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13.01.2026.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. O CONTRATANTE compromete-se a:
 - a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;
 - b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo;
 - c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
 - e) comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e

pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei n.º 14.133 de 2021;

f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato;

g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

h.1) a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

i) responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

j) abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA compromete-se a:

a) cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas desse Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

c) responsabilizar-se pelo vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

g) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

h) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

i) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Certidão de Regularidade com a Receita Municipal do domicílio da sede da CONTRATADA, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.

j) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;

k) comunicar ao gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

l) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

m) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

n) manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

o) promover a guarda, manutenção, vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

p) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

q) submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

r) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

u) **efetuar o credenciamento do seu representante legal como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE, salvo em casos específicos a serem decididos pelo CONTRATANTE, conforme instruções contidas na página oficial do Tribunal Eleitoral do Ceará na internet (<https://www.tre-ce.jus.br/servicos-judiciais/processos/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>). O acesso externo ao sistema possibilitará ao usuário receber notificações/intimações, acompanhar processos administrativos dos quais seja parte e assinar documentos que lhe sejam disponibilizados, tais como contratos, aditivos e apostilas;**

v) **assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização do documento para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE;**

w) abster-se de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

x) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas no Edital.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n.º 14.133/2021).

11.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei n.º 14.133/2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

11.11. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

12.3. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará a empresa constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

13.2. Foi emitida em, a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número, no valor de R\$visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Com base no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.709/2018, a

CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a divulgar os dados essenciais à efetivação do contrato administrativo referentes à empresa, seus sócios e representantes legais.

17.2. **As comunicações feitas pelo CONTRANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica, no e-mail do usuário externo cadastrado no SEI, devendo a CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Eleitoral desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

Fortaleza/CE, *data registrada no sistema*.

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90037/2026 - TRE/CE
ANEXO VI - PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás R134a – refrigerante ecológico, não inflamável, em cilindro descartável ou retornável de 13,6 kg, com válvula de segurança e lacre de inviolabilidade.	UND	9	R\$ 987,00	R\$ 8.883,00
2	Gás R410A – mistura zeotrópica, não inflamável, em cilindro de 11,3 kg, com identificação do conteúdo.	UND	10	R\$ 1.040,00	R\$ 10.400,00
3	Gás R22 – HCFC de uso controlado, em cilindro de 13,6 kg, para manutenção corretiva de equipamentos existentes.	UND	8	R\$ 1.066,02	R\$ 8.528,16
4	Gás R32 – refrigerante HFC de baixo GWP, ligeiramente inflamável, em cilindro descartável de 9 kg, com válvula de segurança.	UND	9	R\$ 1.301,80	R\$ 11.716,20
5	Curva de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 19,05 mm.	UND	200	R\$ 19,78	R\$ 3.956,00
6	Curva de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 15,88 mm.	UND	160	R\$ 12,40	R\$ 1.984,00
7	Curva de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, para linhas de 12,70 mm.	UND	200	R\$ 10,59	R\$ 2.118,00
8	Tubo esponjoso 1/4" – polietileno expandido, Ø 6,35 mm, espessura ≥ 10 mm, resistente a intempéries.	M	300	R\$ 3,56	R\$ 1.068,00
9	Tubo esponjoso 1/2" – polietileno expandido, Ø 12,70 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama.	M	300	R\$ 4,18	R\$ 1.254,00
10	Tubo esponjoso 3/8" – polietileno expandido, Ø 9,52 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	M	300	R\$ 3,63	R\$ 1.089,00
11	Tubo esponjoso 5/8" – polietileno expandido, Ø 15,88 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	M	210	R\$ 4,50	R\$ 945,00
12	Tubo esponjoso 3/4" – polietileno expandido, Ø 19,05 mm, espessura ≥ 10 mm, antichama	M	210	R\$ 4,62	R\$ 970,20
13	Válvula Schrader 1/4" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	35	R\$ 7,00	R\$ 245,00
14	Válvula Schrader 3/8" – em latão, com pino em aço inoxidável, tampa protetora e vedação nitrílica.	UND	35	R\$ 18,17	R\$ 635,95
15	Solda Estanho 60x40 (25 g) – fio de solda com fluxo interno, composição 60% estanho e 40% chumbo.	UND	70	R\$ 16,08	R\$ 1.125,60
16	Lava jato portátil alta pressão – pressão mínima 100 bar, 2 baterias de lítio inclusas, com mangueira e bicos reguláveis.	UND	7	R\$ 448,66	R\$ 3.140,62
17	Bolsa coletora de limpeza para split – impermeável, reutilizável, capacidade mínima 30 L.	UND	6	R\$ 212,29	R\$ 1.273,74
18	Kit oxi-acetileno portátil – conjunto com maçarico, mangueiras, reguladores e suporte para refis descartáveis.	UND	5	R\$ 2.937,43	R\$ 14.687,15
19	Refil oxigênio 930 ml – cilindro descartável, compatível com kit oxi-acetileno portátil.	UND	24	R\$ 342,54	R\$ 8.220,96
20	Refil gás acetileno 400 g – cilindro descartável, compatível com maçarico portátil.	UND	24	R\$ 56,95	R\$ 1.366,80

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	Cartucho gás MAPP – descartável, com válvula de segurança, para maçarico de alta temperatura.	UND	36	R\$ 34,08	R\$ 1.226,88
22	Cilindro nitrogênio 20 L (3 m³) – cilindro em aço, com válvula de segurança e teste hidrostático válido, contendo nitrogênio industrial.	UND	4	R\$ 1.551,09	R\$ 6.204,36
23	Pasta térmica silicone 0,4 W (50 g) – condutividade $\geq 0,4$ W/m·K, não condutiva eletricamente, resistente a altas temperaturas.	UND	41	R\$ 12,54	R\$ 514,14
24	Tubo de cobre 1/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 6,35 mm, próprio para refrigeração.	M	300	R\$ 16,43	R\$ 4.929,00
25	Tubo de cobre 1/2" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 12,70 mm, próprio para refrigeração.	M	300	R\$ 34,71	R\$ 10.413,00
26	Tubo de cobre 3/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 9,52 mm, próprio para refrigeração.	M	300	R\$ 26,47	R\$ 7.941,00
27	Tubo de cobre 5/8" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 15,88 mm, próprio para refrigeração.	M	160	R\$ 41,90	R\$ 6.704,00
28	Tubo de cobre 3/4" – cobre desoxidado, ASTM B280, Ø 19,05 mm, próprio para refrigeração.	M	160	R\$ 50,49	R\$ 8.078,40



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ, CHEFE DE SEÇÃO**, em 17/04/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0001403759&crc=68AD429B, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001403759** e o código CRC **68AD429B**.

2025.0.000015413-0

0001403759v12